VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2022

ATA NÚMERO VINTE

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, teve lugar a 3ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em dezassete de novembro de 2022, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, em exercício, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa e a 2ª Secretária, em exercício, Dália Miranda Eira.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Jaime da Silva Quintas, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Maria José Gamboa Campos, Natália Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira, Jorge Manuel dos Santos Pereira.

Faltaram os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira; Carla Isabel Argueles Cáceres, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Jorge Filipe Gomes Pereira; Carlos Alberto Pinto Ribeiro que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Abel Filipe Dias Gonçalves; Joaquim António Dias Tavares, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, João Pedro Ferreira Martins; Joaquim César Ramos Rodrigues, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Gil Manuel Camarinha da Costa; Mónica Alexandra da Silva Almeida, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Manuel Benjamim Leite Soares; Vítor da Silva Pereira Canastro, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira; José Fernando Santos Almeida, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Júlia Dorinda Lima Sampaio; Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, que

faltou; Rui de Brito e Cunha Leite de Castro, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e os Senhores(as) Vereadores(as): Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

Estiveram ausentes os senhores Vereadores: Marina Raquel Lopes Mendes, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar e Dário Soares Freitas da Silva.----------

Ponto 4.32. da Ordem de Trabalhos "Eleição do Candidato a novo Membro da Comissão Executiva Metropolitana".----------

O Senhor Presidente da Mesa, referiu que a Lei, para esta Eleição em concreto, não incluía os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, pelo que não seriam chamados.----------

Seguidamente, o senhor Presidente da Mesa procedeu à chamada para a votação na lista única apresentada denominada A. ----------

Findo o escrutínio, anunciou os resultados da votação, que foram os seguintes conforme documento que se anexa, (vide anexo nº1): ----------

Descargas na lista de chamada: 22 ----------

Votos entrados na urna: 22----------

Votos a Favor: 15 ----------

Votos Contra: 1----------

Votos em Branco: 6 ----------

Ponto 4.33 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Orçamento e Opções do Plano para 2023. ----------

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH) aludiu que o orçamento e opções do plano para 2023 deveria ser um documento de compromisso entre os eleitos e os cidadãos. Um verdadeiro compromisso entre os eleitos e os cidadãos seria, no seu entender, o município aliviar o esforço fiscal para aqueles, no momento de aflição e dificuldade, como era o caso em que todos vivíamos de momento. Uma das rubricas que mais preocupou o CH foram os encargos com a habitação das famílias. O CH propôs, no âmbito do direito de oposição, a aplicação da taxa mínima de 0,30 por cento de IMI, a todos os prédios identificadas com habitação própria e permanente do município de Vila Nova de Gaia. Disse estarem apenas a pedir a intervenção da autarquia onde o orçamento das famílias é especialmente vulnerável e que é nos custos relativos à habitação. Acreditavam que esses riscos deveriam ser acautelados, através de políticas fiscais diretas ao cidadão e que não viam essa preocupação patente no orçamento e opção do plano para 2023, entre outras políticas de apoio. Que o CH não acompanhava a proposta de Orçamento do plano para 2023 e votava contra. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos esclarecimentos ao senhor Deputado, e disse que considerava pouco ambicioso cingir uma abordagem e uma discussão sobre o plano e Orçamento de uma câmara Municipal, num valor de quase 300 milhões de euros, a uma discussão sobre um por cento do IRS, que correspondia basicamente a 0.01% desse montante. Que não conseguia acompanhar aquela ideia, já que havia uma desoneração fiscal ou então as políticas fiscais vertidas no documento não eram devidamente tidas em conta. O executivo não pensava no orçamento em termos de política fiscal, como não pensava em termos de política social ou ainda de política ambiental. Essas decomposições seriam decomposições temáticas e depois aplicadas nas rubricas orçamentais. O orçamento tem que ser pensado, como um todo integrado, e como tal, achava que ninguém acreditava e nem o deputado em causa, que a redução do IMI, contribuiria para melhorar o acesso à habitação, ou sequer facilitar às pessoas o pagamento da mesma. Que existia por parte do senhor deputado um desfasamento da realidade. Haveria necessidade de estabilizar o raciocínio, que não era possível pedir reforço das políticas sociais e redução de impostos, pois continuou dizendo que precisávamos de um justo equilíbrio entre, por um lado uma angariação de receita, que estava nos seus níveis normais, que ficava feliz, quando comparava com Lisboa, Sintra ou até o Porto, mas se quiséssemos ser honestos, do ponto de vista da apreciação das contas, por ex. o município do Porto tinha um saldo transitado de 90 milhões de euros. Não era viável, ao Município de Gaia, prescindir da receita como está a referir, ainda por cima, invocando a crise. A derrama por ex. nada tem a ver com a crise, pois a derrama imputa aos lucros das empresas. Pensava ser um orçamento equilibrado e tinha orgulho nele, mas respeitava as opiniões do senhor deputado.----------

Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL) disse acolher plenamente aquilo que foi a intervenção do Presidente Eduardo Vítor Rodrigues, não podiam alimentar demagogias. A preparação do orçamento, era uma preparação feita de forma multidisciplinar, uma forma holística, não se podia ver apenas sob um prisma fiscal, sob um prisma ambiental, etc., no entanto, focou alguns pontos que considerava fazer sentido. Em 2022 a taxa de inflação prevista do Eurostat e outros, como o caso do FMI, para Portugal situou-se em 8%, portanto, isso era uma perda do poder de compra real para os portugueses. Perceber que em 2023 ficará em 5% já é uma boa notícia. Como o senhor Presidente, disse e muito bem, de facto, não era baixando o IMI que se resolvia toda a situação em Gaia, mas parecia que não era com a redução da derrama estadual que também se atraía mais investimento. Na opinião da Iniciativa liberal, poderia haver projetos de inovação social, existia o projeto vozes de Gaia e o projeto eu e a minha reforma, que estavam avaliados em respetivamente 400.000 euros, e mais ou menos 860.000 euros. Perguntando se, efetivamente era necessário o montante de 1,3 milhões. Um outro ponto, por exemplo, obter redução da despesa, naquilo que era um dos projetos mais famigerados do atual executivo municipal, os parques temáticos, e dando o exemplo, do parque temático dos Descobrimentos estádio do Beira mar em Canidelo, a volta ao mundo em 80 dias, o Parque da Lavandeira. Gostariam de perguntar e numa base de custo/benefício, se efetivamente num momento de elevadas taxas de inflação, de uma crise habitacional tremenda, faria sentido a sua existência. Disse, ter que elogiar o executivo liderado pelo Doutor Vítor daquilo que foi o trabalho desenvolvido, a consolidação da situação financeira do município e, portanto, que o trabalho de redução do passivo da dívida de médio e longo prazo, tem sido feito de forma exemplar, e havia que dar-lhe os parabéns e, no fundo, dizer que, apesar destes pontos positivos, não descurando aquilo que é também o trabalho na área ambiental e neste caso a substituição daquilo que foi a iluminação convencional pela iluminação LED, o Partido Iniciativa liberal, iria votar contra.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos efeitos ao senhor Deputado, referindo desconhecer onde foi buscar informação, começando primeiro com as correções. Há 2 dias, atrás, tinha sido votado, para a área urbana, uma taxa de IMI em Gondomar, de 0,4%. Não sabia como é que 0,4% na zona urbana se comparava com a taxa de IMI de Gaia, em todo o concelho. Por seriedade e já que o senhor deputado referiu o caráter holístico do orçamento, gostaria de lhe perguntar se teve a mesma comparabilidade no que dizia respeito ao preço de água em Gaia e em Gondomar. Quando o senhor deputado olhava para o anuário financeiro dos Municípios Portugueses e avaliava per capita, e que não falava de receita absoluta, que era fácil per capita pois o volume de receita, de Gondomar, é melhor que o de Gaia. Disse, ter encontrado uma câmara com 299 milhões de euros de dívidas, que o senhor deputado não podia comparar as duas realidades, que isso era demagogia. Por outro lado, o senhor deputado sabia que o volume de IRS que pagava uma população ativa do Porto, era 60% da população ativa de Gaia, era maior do que o volume de IRS de Gaia, porque o nível salarial no Porto é bem mais elevado e, portanto, aconselhava-o a não

fazer comparações. No que dizia respeito aos custos da iluminação pública e paga pelo município, tinham um custo na ordem dos 6 milhões e no orçamento está lá 3,7. Quando refere a inflação, imputa também despesa na Câmara municipal, ou não comprasse a Câmara Municipal 12.000 refeições escolares por dia, por exemplo. O senhor presidente da Câmara foi esclarecendo o deputado e afirmou que os parques temáticos, chamam-se assim, porque são parques integrados, custam mais dinheiro. Não são apenas baloiços, são coisas um bocadinho mais ousadas, contam uma história, levam as pessoas a acreditar no imaginário, que em muitos casos nos moviam a todos. Mobilizavam famílias, mobilizavam o conhecimento do concelho. O conceito dos parques temáticos era um conceito de diversidade de histórias, que iria fazer com que um cidadão, uma família, quisesse conhecer o parque temático, sem precisar de ir para o parque da cidade, caminhar ou usufruir da natureza porque nada existia em gaia. É uma opção política. Quanto à redução da dívida, não agradecia a homenagem, porque não reduziu dívida comum. O senhor deputado, saberia que aquilo que marcava a estratégia de gestão da Câmara não era a lógica contabilística de reduzir dívida, era a lógica sustentável de conciliar a redução da dívida, para níveis razoáveis, o aumento do investimento, e as políticas sociais mais promissoras. O executivo da Câmara está a implementar um modelo de gestão, que ganhou um prémio de sustentabilidade, primeiro prémio do país, dado pela revista económica. Estamos a implementar um modelo de gestão moderno e arrojado, à melhor imagem que se faz nesta Europa. Não havia um modelo de redução de dívida, porque isso ficava para um contabilista, já vimos que o senhor deputado olhou para a parte contabilística, mas que não era contabilista.----------

Senhor Deputado Pedro Ribeiro (PAN) disse que para o PAN a política tem e deveria ser direcionada para a mudança e desenvolvimento, não só económico e social, mas sobretudo de mentalidades, pois serão essas que hão-de permitir a adoção de novos comportamentos que permitirão ver e sentir o mundo de uma forma sustentável e justa. É com surpresa e expectativa que encaravam o orçamento para 2023, ainda mais quando vemos na sua raiz programática, que se apresenta em 8 eixos, coincidir, na sua globalidade, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O PAN é do entendimento que as políticas implementadas pelo executivo e plasmadas no orçamento já se comprometiam, de alguma forma, com metas estruturais em matéria de ambiente, nomeadamente nas políticas que se relacionavam com a preservação e promoção da biodiversidade, mas também com as da sustentabilidade. Para terminar, disse que tendo em conta tudo em que se reviam no orçamento para 2023, e porque efetivamente eram um partido responsável e queriam a estabilidade e segurança dos gaienses, deixavam uma vez mais um voto de confiança ao executivo, e acompanhariam o presente Orçamento, conforme documento em anexo (Vide anexo nº2).----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos efeitos ao senhor Deputado, relativamente ao plano e Orçamento para 2023 que, consideravam ter ido mais longe do que refletir medidas que ainda não tinham sido discutidas, elas estavam a ser verdadeiramente implementadas e mesmo as questões que o Senhor deputado levantava como a questão da mobilização seria capaz de

mostrar, com dados muito precisos, que no momento era uma questão residual. A Câmara irá ter uma pressão financeira na ordem dos 8 milhões para a Educação, 1,7 milhões para ação social, grosso modo, 10 Milhões. Disse, defender aquela posição por 2 razões, primeiro, porque ainda acreditava no país, e depois que no, primeiro balanço junto da Comissão de acompanhamento, iriamos ser ressarcidos, no todo ou em parte, daquilo que demonstrarmos ter razão. Se assim não acontecer, ficaria triste, porque o sistema não funcionou, mas não arrependido, porque se o não fizesse quem perdia eram as escolas, a comunidade, as crianças. Deixou ainda alguns esclarecimentos sobre a temática. ----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU) relativamente ao ponto em discussão, entre outros considerandos, referiu que a subida significativa da inflação é inseparável da especulação, da recusa de aumento de salários e pensões, da recusa de regulação dos preços, fatores que estão a corroer as já difíceis condições de vida da generalidade da população. Ao mesmo tempo que se intensificavam os ataques aos direitos e aos salários dos trabalhadores, imputava-se aos municípios cada vez maiores e mais exigentes respostas sociais à população. Disse, esperar que aquele fosse o momento de esclarecimento e respostas às perguntas que a CDU iria colocar, apesar de compreenderem o argumento de que aquele Plano fazia parte de uma visão plurianual em que se integravam um conjunto vasto de obras e ações. Deixaram diversas questões: se o "Voucher-Creche" iria ser dado a todas as famílias, qual o número de famílias abrangidas e o valor da comparticipação. Quanto aos apoios a pessoas em situação de carência económica e emergência social, qual os tipos de respostas a serem dadas no terreno. No capítulo da habitação, viam com preocupação os avisos da possibilidade da não aplicação total dos 143 milhões de euros. Se o facto se devia apenas a uma questão de regulamentação e legislação ou da falta de resposta do mercado. O "Programa de Apoio ao Arrendamento" quantos agregados apoiava e qual o valor médio por agregado. No capítulo da Saúde, qual o ponto da situação relativamente aos dentistas, horários e reabertura das SASU's, conforme documento em anexo (Vide anexo nº3).----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos esclarecimentos ao senhor Deputado, mas que gostaria de lembrar que de facto a sua visão e enquanto autarca, era de que as políticas sociais só teriam sucesso, se não se dirigirem exclusivamente aos mais pobres, mas se forem políticas sociais abrangentes às classes médias, e como tal não poderemos deixar de dar sinais de valorização das políticas públicas municipais, sociais, para as classes médias, quando, por exemplo, o início do ano letivo atribui o voucher igual para todos os alunos independente da sua condição. E no que diz respeito à questão fiscal, a única coisa que abrange as classes médias, digamos, "favorecimento" é mesmo a questão do IRS o que não é a questão o IMI. No que diz respeito às políticas escolares, isso é evidente, exceto nos pagamentos de refeições escolares, e nos ATL's, porque é de lei, porque, de resto, está a tratar todos por igual. Relativamente também à questão da escola. Ao fim de 8 anos de Gaia Aprende+, já começa a ser cansativo ouvir falar do Gaia Aprende+ sem lá ter posto os pés. Quanto ao Observatório social, irá sair no mês de

dezembro o livro que sistematiza todos os contributos de pessoas, e que vai ser público, e a partir daí, não só haverá um instrumento de conhecimento e diagnóstico como vão passar a ter um e a expectativa é que daqui a 2 anos, o Observatório social possa repescar os dados e compará-los para perceber a "evolução social". Relativamente à saúde, todas as novas intervenções nos centros de saúde, previam um médico dentista, que a questão do SASU não se colocava pois a gestão de horários era uma questão basilar da descentralização, enquanto não houvesse gestão de horários, não tinha interesse nenhum na descentralização da saúde. Na questão da habitação, tinham de momento para execução 57 milhões. Estavam a tratar dos editais da Câmara de Gaia e a lançá-los. Criaram um modelo, que foi o único que conseguiu operacionalizar um terço da verba em ano e meio, 57 milhões à partida contratualizados. ----------

Senhora Deputada Luísa Ferreira da Silva (BE) quanto ao Orçamento e Opções do Plano 2023 fundamenta a política orçamental em 7 eixos e compromissos centrais que vão de Gaia Educadora a Gaia a Liderar. De uma forma geral, eram positivos os princípios em que assentavam os compromissos a que se propunham. Com esses compromissos, estavam genericamente de acordo, nas áreas da Educação, Ação Social, da Saúde e do Ambiente. Deixava questões como para quando se previa atingir o objetivo de construção das muitas ciclovias necessárias para cobertura do território para além das zonas de lazer e das praias, e quais as etapas temporais para lá chegar De forma semelhante, qual o calendário e o enquadramento orçamental para o Museu da Cidade/Museu do Ambiente, a Rede de Piscinas Municipais e, de uma forma geral, para os projetos enunciados na Área do Ambiente tais como a redução do consumo de energia elétrica, a gestão dos sistemas de água pluviais e a gestão eficiente dos, bio resíduos. Qual a sua calendarização, onde o cabimento orçamental.Também, qual a temporalidade e o investimento orçamental da requalificação e valorização das escolas, seja no edificado, seja nos equipamentos, nomeadamente informático e de apoio à educação física, às TIC e às artes. Todas as escolas deveriam poder cumprir os programas curriculares exigidos pela Direção Geral de Educação e também disponibilizar atividades curriculares na vertente das artes performativas., conforme documento em anexo (Vide anexo nº4). ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, quanto às reflexões da senhora Deputada nada a dizer, são opiniões. Quanto às questões de substância que digamos, desafiam o município, notas diretas. A questão dos bio resíduos vai ser por iniciativa da Câmara Municipal uma questão a ser trazida em ponto próprio à assembleia, porque com a mesma tranquilidade que disse ao senhor deputado do PAN, que tencionava que mesmo as coisas mais ousadas, não deveriam ser eternizadas ou deixadas como legado imutável, isso é uma pequena traição ao futuro. O que estava em causa, eram 8 milhões e meio de euros anuais, o custo da operação. Como sabiam, o município estava onerado em cerca de 14 milhões de euros, ano para a recolha de lixo doméstico mais o que gastava em contentores, as Águas de Gaia, lançaram um concurso para a compra de contentores de mais 100.000 euros, porque uns são queimados, outros são partidos e muitos deles nem servem para nada. Visitava frequentemente, em trabalho, Lisboa. Comparando,

Gaia é um exemplo em recolha de lixo higiene urbana. Dá 10 a 0 a qualquer município das redondezas. Não quer deixar um legado, para os próximos 10 ou 20 anos, de uma operação de 8 milhões e meio de euros por ano quando o dinheiro que sobra para o município investir, dinheiro livre, são cerca de 15 milhões por ano. Se a contrapartida for pagar multa seja. Entende que a lei, é uma lei utópica. Mas era seu compromisso, no primeiro trimestre de 2023, levar os dados todos, os estudos todos e ouvir os deputados e saber o que decidirá o município na sua delegação pelas Águas de Gaia delegação de competências. Concluiu que não irá hipotecar o futuro, porque quando chegou à Câmara entrou com o contrato do estacionamento no concelho todo e taxas no estacionamento, quando sair eles ainda lá ficam. Não era coisa que quisesse fazer a ninguém. E 8 milhões e meio de euros por ano, por muito que a câmara crescesse, não era justo. Apontar a discussão para encontrar um modelo intermédio, o modelo alternativo, um modelo híbrido. Com todo o respeito, é muito demagógico a senhora deputada, dizer que o orçamento municipal que a Câmara prevê é 0, 1% para habitação. Sabe muito bem, que quem gere os fundos municipais próprios da habitação, não é a câmara, mas a Gaiurb, para quem nós transferimos contrato de mandato ou contrato programa dos fundos e lembrar-lhe, que nestes anos entre 2000, aliás, eu apresentei publicamente, entre 2014 e 2022, a Câmara de Gaia sem ter construído um único bairro, gastou 25 milhões de euros em habitação. 11 milhões e meio na reabilitação de Vila D'Este. Reabilitação de eficiência energética nos bairros sociais, substituição de caixilharias e telhas de fibrocimento. Todos os bairros sociais de Gaia, sem exceção, tiveram obras de requalificação, recuperação de casas abandonadas, ou seja, devolutas, em que os inquilinos saem, que até os fios da eletricidade tiram. Cada casa livre que fica, a gente deviam fazer uma festa porque ia uma família nova, ocupá-la. Cada casa livre que fica, são mais 100.000 euros que gastavam na recuperação. Portanto, não era verdade, 0,01%, não era correto e, portanto é evidente que, se quem vende a água são as Águas de Gaia e não a câmara, não tenho orçamento de verba para a água. A habitação é a mesma coisa. Quanto ao orçamento participativo nós identificámos o orçamento participativo jovem de uma forma para mobilizar os jovens. Com todo o respeito por todos vós, à minha exceção naturalmente, são os únicos que são recuperáveis. Já estão todos perdidos, portanto, a recuperar é a chamada democracia. ----------

Senhora Deputada Ivone Santos (PSD) disse que, na opinião do Grupo Municipal do PSD, qualquer documento que tenha como fim último o bem-estar da população não pode escamotear o quadro macroeconómico em que se insere, designadamente o contexto do covid 19, de inflação e de guerra na Ucrânia. Relativamente ao documento em apreço referiu que, em linha com os orçamentos apresentados em mandatos anteriores, o presente orçamento mantém a trajetória de crescimento da despesa corrente, a qual ascende a 166M€ em 2023 face a 148,5 milhões de euros em 2022 e 121,6 milhões de euros em 2021. Em 2 anos a despesa corrente aumentou 44,4 milhões de euros, isto é, 36,5%. Esta situação é tanto mais preocupante quando se constata que a despesa corrente que mais cresceu foi as despesas com pessoal (+15,7M€ em 2022 e + 13,5M€ em 2023, ou seja, em dois anos as despesas com pessoal aumentaram em

29,2 milhões de euros, 69,4%). O crescimento das despesas com pessoal, nesta ordem de grandeza, gera uma grande apreensão dado tratar-se de uma despesa "rígida" e que, em caso de retração da economia, poderá gerar pressões financeiras nas contas do Município. Referiu, ainda, que, embora nos anos de 2022 e 2023 existam aumentos de despesa com pessoal decorrentes da transferência de competências, estes não justificam na totalidade o aumento das despesas com pessoal, pois, estas aumentam 29,2M€ e, conforme referido no documento em apreço, o valor de despesas com pessoal referente a transferência de funcionários no âmbito da descentralização é de apenas 14M€ (mas, destes, já tinha sido considerado um impacto de 12M€ em 2022). Assim, parece que, em 2 anos, houve um aumento de gastos com pessoal na ordem dos 15,2M€ que em nada dizem respeito à transferência de competências. Do lado das receitas salientou o forte peso dos impostos cobrados pela autarquia, bem como o seu agravamento. O valor de impostos diretos, principal rubrica de receita, ascende a 97 milhões de euros (+14 milhões de euros que em 2022) e representa 58,5% da receita corrente (+ 5,5 pontos percentuais que em 2022). Se ao valor dos impostos directos se somar o valor de transferências relativo à participação variável no IRS (15,7M€), o valor de impostos arrecadadas pela câmara ascende a 112,7 M€, isto é, 67,9% da receita corrente. Na sua intervenção, referiu também que, conforme já mencionado ao longo do anterior mandato, o PSD considera que os gaienses se encontram demasiado onerados pela carga fiscal e discriminados negativamente em relação aos portugueses de outros Municípios do país, situação que consideram não haver razão para continuar a persistir, motivo pelo qual o PSD, mais uma vez, propôs a descida dos impostos municipais, bem como uma maior devolução da participação variável do IRS aos gaienses. Manifestou ainda preocupação com o facto de, apesar do orçamento apresentado cumprir a regra do Equilíbrio Orçamental, se verificar uma diminuição da margem apurada de 5,9 milhões de euros em 2021 para 569 mil euros em 2022 e 784 mil euros em 2023. Situação que é ainda mais preocupante, na opinião do PSD, se se tiver presente os impactos deficitários do processo de descentralização, que poderão fazer perigar o equilíbrio dos futuros orçamentos municipais e colocar em risco a sustentabilidade financeira do Município. Deixou ainda diversas considerações sobre a estratégia local de habitação e sobre o programa de apoio ao arrendamento. Face a todo o exposto, referiu que o PSD votaria contra o Plano e Orçamento para o ano 2023 (Vide anexo nº5). ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos efeitos ao senhor Deputado, dizendo que as abordagens são similares a outros pedidos de esclarecimento e, portanto, já foram de alguma forma sugeridas por outras intervenções e respondidas, mas apenas numa lógica de correção, gostaria de dar os seguintes dados. Em março deste ano, a Câmara Municipal tinha 2410 trabalhadores. A massa salarial de 2 milhões 803 mil euros. Em abril de 2022, portanto, no mês seguinte, a Câmara Municipal passou a ter 3.437 trabalhadores. Pagou a massa salarial de 3 milhões 641 mil euros. A diferença entre março e abril foi de 1027 trabalhadores novos, correspondendo a 838.000 mil euros adicionais. O que multiplicado por 14, pensando no ano de 2023 correspondia a 11 milhões 700 mil euros, ou seja, o acréscimo salarial da

descentralização correspondia a 11 Milhões 732 mil euros. O aumento da despesa corrente com massa salarial que aconteceu no passado tinha 3 justificações e nenhuma delas eram novas contratações. A 1ª Reposição da massa salarial do período prós Troika, que significou um esforço para o município na ordem dos 600.000 euros mês, durante os primeiros 3 anos. 2º A incorporação de cerca de 250 trabalhadores correspondeu a uma massa salarial de cerca de 400.000 euros mês, que vieram das águas de Gaia, decorrentes de internalização do Parque biológico, que a câmara já pagava por via das águas de Gaia e que passou a pagar no orçamento municipal, não há um cêntimo de acréscimo. Há uma transição do orçamento das águas que a câmara pagava, para o orçamento da câmara que a câmara paga. A Internalização de 125 trabalhadores oriundos da Gaianima que correspondiam a uma massa salarial na ordem dos 350.000, 330.000 mil euros por mês e que foram integralmente, internalizados na Câmara Municipal. 330 a 350.000 mil euros e correspondiam a uma incorporação na Câmara Municipal de zero funcionários novos. A 3ª Razão para a contratação, enfim, para essa subida de despesas correntes. Eu acho que ninguém a levar a mal se eu lembrar, que nós tivemos subidas significativas de massa salarial nos últimos 3 anos. Acho que ninguém vai ignorar que, ao contrário de outros tempos em que tivemos cortes nas pensões, etc., em que a câmara poupou, porque deixou de pagar o 13º mês (subsídio de Natal). Nestes últimos 3 ou 4 anos, o que nós tivemos foi sempre aumentos de massa salarial. Só para a senhora deputada, ver como é injusta a conta que faz, além de não ser verdadeira, só com uma reposição de 140 euros por técnico superior medida que foi aprovada em setembro ou outubro deste ano, mas com efeitos retroativos a janeiro deste ano, portanto, janeiro a dezembro só com isto, a Câmara Municipal que teve um impacto financeiro de cerca de 1 milhão e meio de euros a mais de massa salarial ou dos 14 meses do ano. Deixou ainda diversos esclarecimentos à senhora Deputada, nomeadamente, o IMT é um imposto positivo é um imposto à atividade económica. Admitia que o senhor deputado do chega, defendia que devia baixar o IMI, mas não concordava. O IMT era uma atividade económica, o concelho de Vila Nova de Gaia foi considerado, na vida imobiliária como primeiro concelho com maior pujança habitacional de investimento na habitação, do país, mais que em Lisboa e no Porto. Como é que é possível falar do IMT negativamente, graças a Deus que o IMT estava a crescer e para o ano que duplique, mas não era para o IMT levar à diminuição do IMI. O IMT é conjuntural e, portanto, seria uma grande maldade que faria para o futuro, para que daqui a 3 ou 4 anos, quem cá estivesse, ter um IMI que não iria conseguir aumentar e teria o IMT a descer, porque a atividade económica acompanhava. Que deveríamos agir em contraciclo e de manter o IMI num equilíbrio sustentável razoável, que não era nem alto nem baixo, era o que estava naquele momento. Deveríamos aproveitar o IMT para fazer grandes investimentos estratégicos e quando ele baixasse estávamos bem. Em 2025, se a senhora deputada no futuro tiver o poder de decisão sobre isso vai poderá retirar o que acha que é supérfluo. Os protocolos são muito claros, não deixava ónus nenhuns para além de 2025 e queria ver quem irá ter a coragem de chegar ao município e reverter a situação, porque no dia em que fizerem isso, aí sim, batíamos palmas. ----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) disse que pela primeira vez em muito tempo, não preparou uma intervenção antes, porque lhe pareceu ser importante ouvir o que tinha para ouvir naquela noite. Eventualmente, falar das 2 histórias referidas pelo senhor Presidente. Que não tendo a certeza se conheciam as histórias aconselhava a visitarem os parques. Entendia que genericamente estavam todos de acordo, em relação àquilo que eram as grandes decisões do plano e orçamento, pois não via grandes discordâncias e, portanto, ficava claro aquela ideia que, no final da história, tudo acabava bem. Falaram também muitas vezes em baixar impostos sem dizer onde é que o iriam cortar, tirando exceção, pareceu haver uma unanimidade absolutamente latente, se calhar subjetiva, mas achamos que é mesmo objetiva em relação ao projeto político, pois em bom rigor estão de acordo com o fundamental do projeto que está a ser desenvolvido. As referências na área da educação, na área social, na saúde, porque reconheciam a qualidade do trabalho que estava a ser feito, não eram certamente dedicados a Gaia mas começavam a ficar afeiçoados a Gaia. Partilhavam certamente o reconhecimento, e talvez por isso se tenham inibido de falar de coisas como o metro, como o TGV como as obras no hospital, as obras nas escolas, as questões dos transportes, esqueceram-se de falar do que foi a redução da dívida, a redução dos problemas judiciais, do pagamento a fornecedores. Esqueceram-se de falar de muitas outras coisas que, de facto, o que era preciso, era perceberem o quão equilibrado era o exercício que estavam a fazer e que têm feito. Da nossa parte, senhor Presidente, continuamos dedicados a este projeto com orgulho do trabalho que tem sido feito e o que nos compete é acompanhar o mesmo e dar os parabéns pelo trabalho desenvolvido, disse.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse estar absolutamente convicto que se nós tivéssemos deixado passar a oportunidade da aprovação do projeto de alta velocidade sem uma manifestação em Gaia, hoje, a câmara estaria a ser condenada por inércia como condenava quando ela passou ali, sem estação, no entanto, uma estação que vai marcar Gaia e o seu desenvolvimento para o próximo século não pode passar despercebido, uma estratégia integrada do ponto de vista metropolitano, que visa valorizar Gaia como 1, 1 parte do nosso lado sul do rio Douro. Uma relação com a linha rubi numa relação com um transporte rodoviário. Também era bom que se dissesse que nas despesas correntes e ainda a propósito dos transportes, que neste momento, cerca de 2,6 milhões de euros eram para comparticipar transportes públicos, STCP, 2,6 milhões e que há 4/ 5 anos atrás, não tinham sequer enquadramento orçamental. Significa que, de repente, a Câmara Municipal teve de encontrar uma fonte de receita, a caminho de 3 milhões, para sustentar um modelo de transporte público que nós poderíamos dizer que, no próximo ano em Vila Nova de Gaia / Área Metropolitana do Porto vai ter aumento zero. E se os passes tinham aumento zero, não queria dizer que houve congelamento de mercado, queria dizer que alguém irá pagar a diferença na fatura energética do gasóleo, gás natural, no aumento dos salários, o que for. Achava mesmo que a despesa e o modelo encontrado é capaz de incentivar boas políticas sociais. Consolidar a situação económico-financeira da câmara, para enriquecer o património, mas enriquecer o património da Câmara. Com a

aquisição, por exemplo, os cerca de 3,6 milhões de euros das oficinas outrora da Moto J para lá construir as novas oficinas municipais, libertando as atuais oficinas para funções económicas, sociais, como a nova biblioteca ou a nova incubadora com residência universitária. E quando apostávamos na obrigação de lançar o novo Centro de Saúde dos Carvalhos, nós não estávamos apenas a lançar uma obra para pagar 100%, nós estávamos a lançar uma obra que espero no futuro venha a ser ressarcida, se houver força da minha parte, naturalmente e a ser obra para o futuro se houver força para ir aos fundos comunitários buscar. A propósito a Lusa noticiou o ranking dos investimentos com fundos comunitários na região com o Porto em 1º lugar, Braga em segundo, Matosinhos em terceiro, Gaia em 4. Ocorre que nas contas, o Porto está o investimento na Universidade do Porto, conta como Porto e não é Câmara. Nas contas de Braga está o investimento na Universidade do Minho conta como Braga, mas não é de Braga. Nas contas de Matosinhos ao terminal de cruzeiros de leixões que conta Matosinhos mas não é câmara. Nas contas de Gaia só conta mesmo os fundos comunitários municipais ou aqueles que por via municipal, nós conseguimos angariar. Ou seja, se tivermos capacidade, vamos lá buscá-lo, mas vamos lá buscar o dinheiro para um Centro de Saúde que será o primeiro Centro de Saúde do nosso país, uma verdadeira primeira unidade pré-hospitalar do novo modelo da nova geração de Centros de Saúde que vamos ter em Portugal. Damos este passo, porque é fundamental, alocar o dinheiro àquilo não pela o que a lei prevê, como competência própria, mas para o projeto de uma sociedade melhor. Para esta Câmara será mais importante gastar 8 milhões de euros preço base, no Centro de Saúde dos Carvalhos, do que gastar esse dinheiro em asfalto. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.33. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN) e 09 votos contra (05 do PSD, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do IL) e 03 abstenções (01 do CDS e 02 do BE). ----------

<u>Ponto 4.34 -</u> Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Mapa de Pessoal para 2023.

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.34. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 01 do CDS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 do IL). ----------

Ponto 4.35 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto aos Encargos Plurianuais referente à Empreitada Masterplan Arcozelo – Fórum Cidadania de Arcozelo, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo": ----------

•Ano 2023 - € 245.371,90 (duzentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta e um euros e noventa cêntimos) IVA Incluído; ----------

•Ano 2024 - € 1.472.231,40 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e um euros e quarenta cêntimos) IVA Incluído; ----------

•Ano 2025 - € 490.743,82 (quatrocentos e noventa mil, setecentos e quarenta e três euros e oitenta e dois cêntimos) IVA Incluído. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.35. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

Ponto 4.36 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, do seguinte: ----------

•Autorizar a Inclusão de 16 (dezasseis) Postos de Trabalho, da Carreira Geral de Técnico Superior, na Área de Psicologia, na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, sendo 05 (cinco) para a Área da Educação e os demais 11 (onze), contratados por 03 (três) anos, pelo tempo de duração do Projeto Gaia Mais Sucesso; ----------

•Autorizar a anulação do Procedimento Concursal 43/2020. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou esclarecimentos aos senhores deputados, visto que a documentação tinha uma proposta de deliberação da Câmara distinta da proposta original e impunha-se uma explicação. O que se estava a fazer era anular o procedimento concursal que foi lançado em 2020 para a contratação de 2 psicólogos na área da educação. Estávamos a anular o procedimento porque quando foi lançado, previa um pequeno apoio numa pequena equipa de psicólogos, às nossas escolas do primeiro ciclo. Entretanto, o Município candidatou-se no âmbito do fundo, criado pela Área Metropolitana do Porto, fundo de apoio aos fatores de vulnerabilidade, a um projeto de cerca de 1 milhão de euros que previa a colocação, de 11 técnicos psicólogos e da área da educação nos diferentes agrupamentos de escolas ou em alguns casos com fusões de agrupamentos, pois não era possível financiar

todos os agrupamentos. Pelo que se previa a inclusão de 16 postos de trabalho, apenas 5 por tempo indeterminado. Esses 5, por tempo indeterminado, correspondiam aos 2 que tínhamos antes do procedimento e que foi anulado e acrescentavam mais 3 para as EB 2, 3 e secundários. Os outros, seriam contratados por 3 anos tempo de duração do Gaia + Sucesso, financiado pela área Metropolitana. Porquê misturar os 2 neste concurso? Para que os psicólogos que venham a entrar no projeto Gaia + Sucesso financiado pela área Metropolitana, resultem de concurso público e não por escolha. Ou seja, era possível no âmbito do Gaia + Sucesso, a câmara contratar diretamente os psicólogos "por ajuste direto", ou seja, contratar, como se fosse uma empresa. Para evitar isso a câmara lançava um procedimento concurso público, onde incluía aqueles por tempo indeterminado. Se o projeto daqui a 3 anos fosse renovado, teriam prioridade, seguramente com continuidade de funções. Se não fosse renovado, não criava ónus nenhum à Câmara Municipal. Acabava o projeto, acabava o financiamento. Acabada a resposta surgirá outra, com certeza igual ou melhor. Concluiu reafirmando que não se tratava de um concurso para 16 psicólogos mas 16 postos de trabalho na área da psicologia, como confirmavam os documentos e a própria Ata da reunião de Câmara.----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.36. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

<u>Ponto 4.37</u> - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Reprogramação Plurianual dos Encargos para Reabilitação Energética do Empreendimento Rosa Mota - Canelas, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

•Ano 2022 - € 133.525,98 (cento e trinta e três mil, quinhentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos) IVA Incluído; ----------

•Ano 2023 - € 367.250,78 (trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta euros e setenta e oito cêntimos) IVA Incluído. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.37. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

Ponto 4.38 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Reprogramação Plurianual dos Encargos para Reabilitação Energética de Coberturas dos Empreendimentos Cova da Loba, D. António Ferreira Gomes, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

•Ano 2022 - € 105.445,74 (cento e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos) + IVA; ----------

•Ano 2023 - € 264.539,26 (duzentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e nove euros e vinte e seis cêntimos) + IVA. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.38. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

Ponto 4.39 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reformulação dos Encargos Financeiros para Reabilitação da Casa Atelier Soares dos Reis, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

• Ano 2022 - € 120.516,12 (cento e vinte mil, quinhentos e dezasseis euros e doze cêntimos) IVA Incluído;

•Ano 2023 - € 200.318,79 (duzentos mil, trezentos e dezoito euros e setenta e nove cêntimos) IVA Incluído

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.39. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

Ponto 4.40 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reformulação dos Encargos Financeiros para Reabilitação dos Jardins e Construções Secundárias da Casa Barbot, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

•Ano 2022 - € 84.800,00 (oitenta e quatro mil e oitocentos euros) IVA Incluído; ----------

•Ano 2023 - € 276.709,39 (duzentos e setenta e seis mil, setecentos e nove euros e trinta e nove cêntimos) IVA Incluído. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.40. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

<u>Ponto 4.41</u> - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reformulação dos Encargos Plurianuais para Concurso Público "Aquisição de Serviços de Tratamento, Medição e Manutenção do Ar e da Água", em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

- **Ano 2023**

•Rubrica 2014 A 65 – € 239.800,00 (duzentos e trinta e nove mil e oitocentos euros) + IVA; ----------

•Rubrica 2014 A 64 - € 15.038,00; (quinze mil e trinta e oito euros) +IVA ----------

- **Ano 2024**

•Rubrica 2014 A 65 - € 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos euros) + IVA. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.41. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa, referiu que a Informação Escrita, transita, conforme articulado na conferência de líderes, uma vez que havia assuntos da câmara que ainda serão deliberados e, nesse sentido, oportunamente, será convocada uma reunião que terminará a sessão. Referiu que dia 14 de dezembro seria realizada uma assembleia única sobre a desagregação das freguesias. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo (Vide anexo nº6). ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram uma hora e um minuto do dia oito novembro do ano de dois mil e vinte e dois, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeiro Secretária, em Exercício

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 01

ELEIÇÃO DE CANDIDATO A NOVO MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA DO PORTO

2022

RESULTADOS DA ELEIÇÃO

(NOME)_____, **Presidente da Assembleia Municipal de** _____ com o nº. de eleitores*_____, comunica, nos termos do artigo 74º.do anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, que o **resultado da eleição do "candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto"**, por vacatura de lugar, realizada na sessão de **7 de dezembro de 2022** desta Assembleia Municipal foi o seguinte:

- TIAGO GREGÓRIO DE SÁ CARNEIRO

A FAVOR 15 VOTOS
CONTRA 1 VOTOS
VOTOS EM BRANCO 6
VOTOS NULOS_____

_____, 7 de dezembro de 2022.

O Presidente da Assembleia Municipal,

* apenas os membros eleitos das Assembleias Municipais (excluindo os Presidentes de Junta de Freguesia)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 01

amporto

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 7/12/2022
Documento Nº_____

Am. VN. Gaia
15 votos a favor
6 votos brancos
1 voto contra

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de Gaia
Dr. Albino Pinto de Almeida
Rua Álvares Cabral
4400-017 VILA NOVA DE GAIA

Assunto: Pedido para marcação de Reunião da Assembleia Municipal
Eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana

Pelo presente venho solicitar a V. Ex.cia que convoque uma reunião da Assembleia Municipal para que possa ser dado cumprimento ao processo eleitoral previsto no artigo 74º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, por força do disposto no nº. 4 do artigo 103º. da referida Lei, dada a vacatura do cargo de Secretário Metropolitano, por renúncia de António Vicente de Amorim Alves Pinto (Secretário remunerado).

O Conselho Metropolitano do Porto, com base nos números 1 e 2 do já referido artigo, definiu a data de **7 de dezembro de 2022, às 21:30 horas, para a realização das 17 Assembleias Municipais em simultâneo, sob pena de nulidade,** e aprovou o nome do **candidato: Tiago Gregório de Sá Carneiro,** a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana, que se anexa, com a respetiva nota curricular que a integra.

Os Senhores Presidentes das Assembleias Municipais deverão desencadear todos os procedimentos necessários para assegurar que esse Órgão se pronuncie, em termos de aprovação, ou não aprovação, do candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana.

Chamo, ainda, a especial atenção de V. Ex.cia para o facto de a participação nesta **votação estar reservada apenas aos membros eleitos das Assembleias Municipais**, com base nos quais se **apura o quórum**, e dever ser feita **por escrutínio secreto, sob pena de nulidade** (artigo 74º, números 4, 5 e 6 da citada Lei).

O resultado da votação deverá ser transmitido à AMP, no final da reunião, através do impresso, cujo modelo se anexa, enviado por correio eletrónico para apabreu@amp.pt. O original poderá ser-nos enviado por protocolo ou por via postal registada, no dia seguinte.

área metropolitana do porto

palácio dos correios
rua do estêvão, 21
4000-200 porto
t +351 223 392 020
f +351 222 084 099
w www.amp.pt
@ amp@amp.pt

amporto

O apuramento final das votações será publicitado em Edital, enviado aos Senhores Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais e publicado na nossa página da internet www.amp.pt.

Certo do melhor acolhimento deste pedido do Conselho Metropolitano e da colaboração de V. Ex.cia, apresento os meus melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho Metropolitano do Porto,

(Eduardo Vítor Rodrigues)

Porto, 2 de novembro de 2022.
Of. S00234-202211-DAG-Conselho Metropolitano do Porto

/APA

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Grupo Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 02

ANEXO I

VILA NOVA DE GAIA

Intervenção na Discussão do Plano e Orçamento para o Ano de 2023

Para o PAN a política tem e deve ser direcionada para a mudança e desenvolvimento, não só económico e social, mas sobretudo de mentalidades, pois serão estas que hão-de permitir a adoção de novos comportamentos que permitirão ver e sentir o mundo de uma forma sustentável e justa. É urgente ter uma visão integrada e interligada entre as diferentes áreas: desde a adaptação, a mitigação e a resiliência em relação às alterações climáticas, a mobilidade, o ordenamento do território, a habitação, a educação, a saúde, a sustentabilidade das contas, o investimento duradouro e a proteção animal.

A crise pandémica, seguida da Guerra na Ucrânia, as sucessivas crises económicas, bem como o agravar das consequências da emergência climática que vivemos, levaram a que, pela primeira vez em décadas, o bem-estar da humanidade tenha regredido.

No entanto, este não é um mero resultado conjuntural. As graves crises que atravessamos são responsabilidade dos líderes políticos mundiais, nacionais e locais, que mesmo perante todos os avisos, ignoraram (e continuam a ignorar) as reais necessidades das gerações atuais e futuras.

Não podemos continuar com as mesmas abordagens que nos trouxeram aqui. É necessário olhar para a sociedade e comunidade, para o planeta e território, de uma forma diferente.

Isto só será possível se cada um de nós assumir a sua quota de responsabilidade. Pugnamos assim pelo «Pensar Global, Agir Local». Acreditamos que nas políticas públicas da nossa rua e da nossa cidade podemos fazer a diferença, porque as pequenas ações (individuais ou em coletivo) em todo o planeta levar-nos-ão ao cumprimento do nosso objetivo.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

É com surpresa e expectativa que encaramos este orçamento para 2023, ainda mais quando vemos sua raiz programática, que se apresenta em 8 eixos, a coincidir, na sua globalidade, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

"Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos", disse o então secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. *"São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso"*, acrescentou.

Na verdade, somos do entendimento que as políticas implementadas pelo executivo plasmadas neste orçamento já se comprometem de alguma forma com metas estruturais em matéria de ambiente, nomeadamente nas políticas que se relacionam com a preservação e promoção da biodiversidade, mas também com as da sustentabilidade.

Por outro lado, após o PAN ter trazido a debate, quer nesta assembleia municipal, quer no âmbito do exercício do direito de oposição, temas relacionados com a mobilidade inclusiva, resíduos e economia circular, a transição energética, a dinamização de comunidades energéticas, a violência e a igualdade de gênero, a problemática da discriminação em relação à orientação sexual, a saúde e proteção animal, vemos, agora, refletido neste orçamento algumas medidas, que embora nos surjam ainda num quadro de intenções refletem um bom começo.

Mas comecemos pelo princípio: as contas.

Tal como dissemos aquando da aprovação do orçamento de 2022, este orçamento, de igual forma, surge-nos financeiramente equilibrado, cumprindo dessa forma o previsto na Lei. Dito de uma forma simples existem receitas para cobrir todas as despesas.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

Embora os fundamentos políticos, de algumas opções tomadas, mormente a nível fiscal, sejam passíveis de discussões mais ideológicas, certo é que este executivo soube recuperar uma Câmara Municipal que se encontrava falida - é um mérito que terá de ser reconhecido a este executivo.

Certo é que, vivemos tempos de incertezas no âmbito social e económico, mas não nos parece que a solução passe por um desagravamento fiscal desmesurado. Temos o exemplo do que se passou recentemente em Inglaterra que nos deve alertar e sobretudo acautelar.

Dito de outra forma, quanto à política fiscal, acompanhamos o Executivo no que toca ao IMI, à participação variável no IRS, mas já não acompanhamos o espírito que preside a fixação da taxa de derrama, bem como da isenção, uma vez que consideramos, como inúmeras vezes já o dissemos, que deveria também ser considerado o critério do setor de atividade por forma a incrementar empregos verdes, estáveis e duradouros, no concelho de Vila Nova de Gaia.

Preocupa-nos, contudo, as despesas que o executivo terá pela frente no que toca ao processo de descentralização de competências em áreas tão importantes e vastas, como a Educação, Saúde e Ação Social. Se é certo que do Fundo de Financiamento para a Descentralização provém, em termos de receita, um montante próximo dos 22M de Euros, também é certo que essa verba é manifestamente insuficiente face aos encargos que a Autarquia irá assumir neste âmbito.

Chama-se, pois, a atenção do executivo no que toca ao famigerado equilíbrio da conta-corrente.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

De uma forma geral, podemos afirmar que acompanhamos o executivo no que concerne às suas opções de política orçamental, educacional, social, habitacional, áreas da saúde e invariavelmente, porque muito importante em termos da descarbonização, a política dos transportes públicos.

Uma palavra a dizer também no que concerne à ação social e às políticas públicas como instrumentos de desenvolvimento e de equidade, as quais também acompanhamos na generalidade.

Ficamos agradavelmente surpreendidos, pela positiva, com o surgimento, pela primeira vez, no orçamento da sigla FIB – Felicidade Interna Bruta – como indicador complementar para medir o desenvolvimento de um povo. O bem-estar psicológico, o acesso à cultura, a proteção do meio ambiente, a governança, a saúde, a educação e a vitalidade da comunidade, são sem dúvida elementos imprescindíveis ao desenvolvimento de uma nação ou de uma comunidade.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, como já referido, este orçamento mantem-se na linha do anterior, demonstrando um conjunto de intenções, na área da gestão de recursos, que consideramos primordiais na mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente no que toca à eficiência energética dos edifícios e da iluminação pública, o incremento da reciclagem, a renovação da frota automóvel por veículos mais sustentáveis, a instalação de jardins verticais e telhados verdes, a criação de espaços verde de proximidade e a reutilização das águas pluviais.

De igual modo, no âmbito da pegada ecológica e de uma alimentação saudável e sustentável, nomeadamente quanto à redução substancial do consumo de carne, assistimos a uma nova abordagem deste executivo com o reforço da refeição de base vegetal nas escolas. Sabemos

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

das dificuldades que muitos pais e alunos demonstraram na adoção deste tipo de alimentação, na maior parte dos casos fruto da iliteracia alimentar e nutricional, outros, consequência de preconceitos ainda arreigados em muitas mentalidades. Pelo que, a aposta na informação, aconselhamento nutricional e uma aposta na qualidade das refeições são de todo fundamentais.

Não obstante, todas estas intenções só resultam em avanços se forem implementadas e executadas a curto prazo. Relembram-se algumas medidas que teimam em não ser implementadas. Desde logo a manutenção do uso do glifosato em espaço público, muitas das vezes aplicado sem sequer se cumprir as disposições legais no que concerne ao aviso prévio da sua aplicação. A desplastificação dos serviços camarários que continua a não ser implementada, a par do consumo da água da torneira. Não basta uma política de promoção de comportamentos, é preciso também dar o exemplo.

Quanto à temática da proteção, saúde e bem-estar animal, congratulamo-nos e saudamos uma série de medidas, as quais têm vindo a ser reiteradamente reclamadas pelo PAN. Desde logo destacamos as políticas que o Executivo pretende implementar no apoio às associações de animais e à esterilização, não só com a efetivação do programa CED, mas também o apoio aos detentores que careçam de ajuda para suportar despesas médicas do seu animal de companhia, a criação de parque de acolhimento de matilhas e a criação de uma Praia Pet Friendly.

Apesar, destas medidas que no nosso entendimento são positivas, continuaremos a pugnar pela adoção de outras que consideramos essenciais nesta matéria, nomeadamente:

1. a criação de um Plano Municipal de Proteção, Saúde e Bem-estar animal, dotado de verba orçamental para a sua execução;

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

2. Adotar um Regulamento Municipal de Proteção, Saúde e Bem-estar Animal, que promova uma maior proteção e bem-estar animal na autarquia;
3. Criar a figura de um Provedor do Animal;
4. Promover um Programa Municipal de Educação Ambiental que integre a matéria do bem-estar animal, em colaboração com os estabelecimentos de ensino, as empresas e as organizações não governamentais e equiparadas e associações zoófilas existentes no município;
5. Estabelecimento de uma rede de Famílias de Acolhimento Temporário (FATs), em colaboração com as Juntas de Freguesia, que permita que os animais possam ser acolhidos antes de seguirem para uma família definitiva;
6. Incluir o socorro animal no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.

Quanto a nós PAN, e para concluir a nossa intervenção, queremos deixar claro que na execução deste orçamento continuaremos a insistir, entre outras temáticas, para que:

1. as intervenções em matéria de vias cicláveis prevejam que estas sejam interligadas;
2. o plano municipal para a mobilidade sustentável seja de facto uma realidade;
3. se verifique um aumento significativo do parque arbóreo no concelho e que estes espaços verdes se interliguem, plantando de forma ordenada árvores adequadas aos respetivos espaços;
4. as políticas de proteção, saúde e bem-estar animal sejam uma realidade;
5. as políticas para um desenvolvimento sustentável e descarbonização não sejam uma mera intenção do politicamente correto e que de facto sejam implementadas;

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

Para além do exposto, continuaremos a bater-nos:

- por mais incentivos municipais à mobilidade elétrica;
- por um turismo sustentável;
- que a conservação da biodiversidade e das áreas protegidas seja uma prioridade;
- pela promoção e incremento de workshops informativos e de sensibilização em torno da alimentação e da sustentabilidade ambiental, nomeadamente sobre o consumo de alimentos de origem animal e o seu inquestionável impacte negativo no planeta.

Para terminar, cremos que tendo em conta aquilo em que nos revemos no presente orçamento para 2023, e porque efetivamente somos um partido responsável e queremos a estabilidade e segurança dos gaienses, deixamos uma vez mais um voto de confiança ao executivo, pelo que acompanharemos o presente Orçamento.

Vila Nova de Gaia, 7 de dezembro de 2022

O Grupo Municipal
do PAN - Pessoas - Animais – Natureza
Pedro Ribeiro de Castro

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

4.33 - Plano de Actividades e Orçamento 2023

Tudo está cada vez mais caro - eletricidade, alimentos, combustíveis, renda e prestação da casa - tudo sobe menos os salários. As despesas dos trabalhadores e do povo sobem ao ritmo do aumento dos brutais lucros dos grupos económicos.

A subida significativa da inflação é inseparável da especulação, da recusa de aumento de salários e pensões, da recusa de regulação dos preços, factores que estão a corroer as já difíceis condições de vida da generalidade da população.

Ao mesmo tempo que se intensificam os ataques aos direitos e aos salários dos trabalhadores, imputa-se aos municípios cada vez maiores e cada vez mais exigentes respostas sociais à população.

É neste quadro que vemos com muita preocupação a difícil missão dada aos Executivos Municipais que, confrontados com a desresponsabilização do Estado Central, são obrigados a aceitar transferências de encargos sem o devido envelope financeiro. Para a CDU, a descentralização tem que ser baseada numa delimitação clara de competências entre os vários níveis da Administração, sendo inseparável da recuperação da autonomia administrativa e financeira das Autarquias Locais e da reposição das condições para assumirem as competências que já hoje detêm. A descentralização é inseparável da Regionalização. Como alertamos no ano passado, este é o primeiro grande Orçamento que espelha esta nova realidade na gestão municipal e que, reafirmamos, é motivo de preocupação.

A CDU considera positivo o diagnóstico apresentado pelo Executivo PS, no sentido em que elenca, como prioridades políticas, realidades sociais a que urge responder. Apesar de em muitos casos não ser possível entender o verdadeiro alcance, a CDU

espera que este seja um momento de esclarecimento e respostas às perguntas que a CDU irá colocar, apesar de compreendermos o argumento de que este Plano faz parte de uma visão plurianual em que se integram um conjunto vasto de obras e ações.

No que diz respeito à **fiscalidade,** já aqui reafirmamos que consideramos impreciso apelidar a devolução do IRS como "apoio às famílias", uma vez que não só tal medida em nada contribui para aumentar a justiça fiscal, como até pelo contrário a agrava: os agregados familiares que por terem rendimentos muito baixos não pagam IRS - e em Gaia são a maioria - não receberão qualquer devolução porque não pagaram; e entre aqueles que recebem alguma devolução, essa devolução é tanto maior quanto maior o imposto a pagar. Portanto, se isto é anunciado como uma medida de apoio às classes médias, a verdade é que quanto menos "classe média" se é, mais se beneficia. Poderia estar, nesta possível receita, o espaço para a redução do IMI que defendemos ou para outras medidas como a Rede Viária, entre outras.

Não podemos deixar de dizer que nos parece desprovida de sentido a crítica ao aumento das despesas com pessoal no universo das despesas correntes, ainda para mais considerando a realidade autárquica supracitada. Não se compreende a posição daqueles que votam uma descentralização de competências que, corra bem ou mal, significará sempre a necessidade de mais trabalhadores para o município; e depois criticam a inclusão desses trabalhadores no quadro municipal...

Mais do que ignorar a nova realidade com que estamos confrontados, no plano da política autárquica, trata-se mesmo de incoerência.

Por outro lado**, no capítulo da Educação**, a verdade é que várias opções políticas

do Executivo do Partido Socialista têm sido coerentes, designadamente na questão da "Escola a Tempo Inteiro", que desde há muito tem merecido a também coerente discordância da CDU.

Esta questão nasce também por resposta aos vínculos laborais instáveis e gravosos dos pais, que infelizmente só se parecem agudizar com o tempo, graças à promoção da suposta flexibilização, designadamente no capítulo dos horários de trabalho.

Mas contrariamente a este modelo da "escola a tempo inteiro", que mantém as crianças nas salas de aula por demasiadas horas, a CDU defende:

- o direito a brincar e a ser criança;

-um verdadeiro programa de ocupação de tempos livres, onde as actividades culturais e desportivas estejam presentes, obrigatoriamente fora das instalações escolares, é um direito das crianças e das famílias.

- o fim da flexibilização do horário;

- uma verdadeira avaliação das AEC´s

- não aceitaremos a escola a tempo inteiro nem no primeiro ciclo nem no segundo ciclo. Reafirmamos que esta necessidade decorre da resposta aos vínculos laborais instáveis e gravosos dos pais sem lugar para a família.

No âmbito da acção social, no apoio às crianças, as Creches, apesar da opção política de aplicação desta medida ser distinta da proposta da CDU, designadamente na AR, onde o PCP, que lutou pela gratuitidade das creches, também reivindica uma Rede Pública de Creches.

Por isso perguntamos: O "Voucher-Creche" irá ser dado a todas as famílias? Qual o número de famílias abrangidas? Qual o valor de comparticipação? No quadro do não menos importante alargamento das vagas, qual a previsão de execução e expectativa de aumento desta medida.

Isto porque, passados anos sobre o Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Gaia (que terminou em 2021) importa não só actualizar porque os dados relativos à cobertura reportam a 2014, como saber não só a caracterização actual como também a previsão de aumento de vagas para as crianças.

Ainda no âmbito da acção social importa informar sobre a acção do Observatório Social, cujo último número foi lançado em 2021, assim como informação sobre o CLAS, fundamental no quadro do agravamento das condições de vida.

Relativamente ao "Gaia + Inclusiva" - algo que provavelmente mereceria um debate ainda mais aprofundado, provavelmente num ponto específico, se bem que a CDU pediu já há uns meses para que aqui se discutisse Habitação e Educação e, ao que parece, só em Janeiro vai ser colocada essa possibilidade.

A verdade é que a leitura do Plano não nos permite entender o verdadeiro alcance de certos programas, que valorizamos mas necessitaríamos de entender com maior profundidade.

Muito directamente, e ao nível dos "Cuidadores Informais", os dados que obtivemos referem 202 cuidadores, e valores de apoio entre 220 e 120€, é dito que é intenção o reforço e perguntamos em medida esse reforço vai ser aplicado; mas também quanto aos apoios a pessoas em situação de carência económica e emergência social: qual os tipos de respostas a serem dadas no terreno?

No capítulo da Habitação, vemos com bastante preocupação os avisos, inclusivamente por parte do Senhor Presidente, acerca da possibilidade da não aplicação dos 143 milhões de euros: deve-se isso apenas a uma questão de regulamentação e legislação, ou qual entende ser o peso da falta de resposta do "mercado"?

Queríamos também entender o verdadeiro alcance do "Programa de Apoio ao Arrendamento". Trata-se de uma medida que apoia quantos agregados? E com que valor médio por agregado?

No capítulo dos Transportes, ao longo de décadas, a opção pela gestão privada degradou os serviços públicos de transporte prestados às populações, negando-lhes e limitando o acesso ao seu direito ao transporte público.

Supressões de serviço, atrasos, sobrelotação dos transportes públicos, tudo situações que foram dando razão aos sucessivos alertas do PCP e dos utentes. Um mau caminho, e que neste concurso não se prevê inverter: a opção assumida pelas várias Câmaras da AMP no concurso assinado consiste em remeter a STCP ao concelho do Porto (com algumas ligações aos concelhos limítrofes) e entregar a operação nos restantes concelhos aos operadores privados.

Entendemos que há necessidade de um olhar metropolitano que, observando o Regime Jurídico vigente, eleja o direito à mobilidade e o serviço às populações como prioritário, e a definição da STCP como operador interno da Área Metropolitana do Porto, assumindo a responsabilidade pela operação nos 6 concelhos onde intervém e alargando-a aos restantes concelhos da AMP.

No capítulo da Saúde, são muitas as preocupações expressas pelo Executivo relativamente à aceitação desta competência. Perguntamos: em que ponto está a questão dos dentistas, dos horários de funcionamento, e da reabertura dos SASUs?

É um facto que as preocupações que aqui trazemos são muitas.

Mas as necessidades de um Concelho que chega, no final do mandato, ao primeiro quarto do século XXI, são urgentes. Estas são algumas questões que o documento nos suscita. Esperamos que as respostas se mostrem adequadas ao terceiro maior Concelho do nosso país.

7 de Dezembro de 2022

Pel'A CDU,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 04

Anexo III

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

07 Novembro 2022

INTERVENÇÃO

Orçamento e Opções do Plano 2023

O documento *Orçamento e Opções do Plano 2023* fundamenta a política orçamental em 7 *eixos e compromissos centrais* que vão de *Gaia Educadora* a *Gaia a Liderar.*

De uma forma geral, são positivos os princípios em que assenta os compromissos que se propõe.

No entanto não pode passar despercebida, em inúmeros casos, a não apresentação de modos de os concretizar, de calendarização e de clarificação do enquadramento orçamental.

Por exemplo:

Modos Suaves de Mobilidade (p.50) – A parábola de bicicletas É um compromisso importante mas a cidade não está preparada para ele, nem do ponto de vista do piso nem do da segurança rodoviária. Paralelamente, a reabilitação da rede viária não está calendarizada por objectivos parcelares. A pergunta que se impõe é: quando se prevê atingir o objectivo de construção das muitas ciclovias necessárias para cobertura do território para além das zonas de lazer e das praias? Quais as etapas temporais para lá chegar?

De forma semelhante, pergunta-se qual é o calendário e o enquadramento orçamental para o Museu da Cidade/Museu do Ambiente, a Rede de Piscinas Municipais e, de uma forma geral, para os projectos enunciados na Área do Ambiente tais como a redução do consumo de energia eléctrico, a gestão dos sistemas de água pluviais e a gestão

eficiente dos bio-resíduos (pp. 51-58)? Qual a sua programação calendarizada? Onde o cabimento orçamental?

E também, qual a temporalidade e o investimento orçamental da requalificação e valorização das escolas , seja no edificado, seja nos equipamentos, nomeadamente informático e de apoio à educação física, às TIC e às artes. Todas as escolas devem poder cumprir os programas curriculares exigidos pela DGE e disponibilizar actividades curriculares na vertente das artes performativas.

Em relação a outras medidas, a nossa questão não se refere apenas à calendarização, mas é discordância com a opção que as determina.

É o caso da medida Voucher-Creche Municipal e Rede de Creches com IPSS -o Bloco de Esquerda é a favor de um modelo de creches público, tal como acontece com a rede de escolas. Não há razão para que a CMVNG não tenha os seus próprios equipamentos e pessoal para este desígnio.

É também o caso na questão da Habitação em que a percentagem do total de investimentos da CM com fundos próprios, é 0,01%. Não é pelo facto do PRR garantir um conjunto de novos investimentos nesta área que o balanço do papel autárquico é positivo. Em Gaia, a percentagem de habitações municipais, rondará 3%, depois das intervenções previstas na Estratégia Local de Habitação. Várias cidades europeias têm 20, 30 e 40% de habitações sociais. A Câmara deve definir um programa municipal de construção de habitações para o qual reserva todos os anos uma parte do orçamento. A oferta pública de habitação é talvez o meio mais eficaz para fazer baixar o valor das rendas.

Nos transportes, o Plano é de alargamento do Mob+ à totalidade das freguesias. O Bloco de Esquerda considera que ele deve ser alargado em horários e em circuitos regulares, bem como em categorias de população servida para que progressivamente se transforme numa rede municipal de transportes ao serviço de todo o concelho. Gaia precisa de um serviço municipal de transportes que sirva a toda a população na proximidade dos seus locais de vida.

A questão dos passeios em Gaia é um enorme problema que não se resolve com o rebaixamento no acesso a passadeiras. A circulação pedonal e a que exige rodas não é prejudicada apenas pelo não acesso, mas também pelas muito más condições do piso. Além de que peões e cadeiras precisam de espaço para passar em segurança o que não acontece em muitos locais do concelho onde deixou de haver passeios por falta de espaço para a passagem dos carros e não há sinalização de prioridade aos peões.

O Bloco de Esquerda discorda da percentagem de 0,7% do orçamento que é atribuída à cultura. A nossa cidade tem de colocar a cultura num lugar de honra. Continuamos à espera da definição de uma Estratégia Municipal de Promoção das Artes que aposte num projecto com direcção artística autónoma capaz de valorizar a rede de equipamentos, criar espaço adequado para a criação e as trocas de experiências, promover o crescimento dos grupos já no terreno e o enraizamento de novos, em intercâmbio com outros projectos e outras cidades.

O Bloco de Esquerda discorda da percentagem de 0,27% do orçamento que é atribuída ao ensino superior. Não dispondo de universidades, Gaia deve investir no alojamento estudantil em condições de potenciação da mais-valia de ter no seu território estudantes de graduação. Um pequeno bairro universitário equipado com espaços de trabalho adequados e espaços de lazer, de convívio e de desporto seria um apoio essencial para os jovens do concelho. E seria além disso, uma porta aberta para jovens de fora do concelho e do país. Para o concelho, este grupo de população seria um potencial de vida cultural e académica que, em conjunto com os estágios académicos e profissionais, deixaria ligações para o futuro.

O Plano continua a investir no Orçamento Participativo Jovem como instrumento de participação e de educação democrática. O Bloco de Esquerda concorda com esta perspectiva e com este investimento. Mas interroga-se sobre o porquê de o OP ser apenas dirigido aos jovens. Porque não criar uma vertente do OP dirigida à população não jovem? Os Orçamentos Participativos, Jovem e Adulto de qualquer idade, poderiam impulsionar ainda mais a participação democrática se fossem organizados em termos de debate em assembleias e de decisão em júris de cidadãos.

O Bloco de Esquerda volta a defender que o Município deve aderir à Tarifa Social Automática da Água em vez de manter um programa próprio que sujeita as pessoas a inscrição e a burocracias.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Luísa Ferreira da Silva

João Martins

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 05

GAIA PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

GRUPO PARLAMENTAR

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

ANEXO

Assunto: Orçamento e Opções do Plano 2023

Em nossa opinião, qualquer documento que tenha como fim último o bem-estar da população não pode escamotear o quadro macroeconómico em que se insere. Assim, não podemos deixar de salientar os tempos difíceis que têm pautado a vida das empresas, das instituições e das famílias, decorrentes, primeiro da pandemia COVID 19 e, agora, da crise energética provocada pela guerra na Ucrânia e da disrupção das cadeias de abastecimento, com a inflação a disparar – a Comissão Europeia prevê que a taxa de inflação em Portugal se vai fixar nos 8% em 2022 e 5,8% em 2023 – e, numa tentativa de controlar esta inflação, com os Bancos centrais a aumentarem as taxas de juro.

Relativamente ao documento em apreço somos a referir:

1. Em linha com os orçamentos apresentados em mandatos anteriores, o presente orçamento mantém a trajetória de crescimento da despesa corrente, a qual ascende a 166M€ em 2023 face a 148,5M€ em 2022 e 121,6M€ em 2021. Em 2 anos a despesa corrente aumentou 44,4M, isto é, 36,5%.

   Esta situação é tanto mais preocupante quando constatamos que a despesa corrente que mais cresceu foi as despesas com pessoal (+15,7M€ em 2022 e + 13,5M€ em 2023, ou seja, em dois anos as despesas com pessoal aumentaram em 29,2M€, isto é 69,4%).

   O crescimento das despesas com pessoal, nesta ordem de grandeza, gera-nos uma grande apreensão dado tratar-se de uma despesa "rígida" e que, em caso de retração da economia, poderá gerar pressões financeiras nas contas do Município.

   Embora nos anos de 2022 e 2023 existam aumentos de despesa com pessoal decorrentes da transferência de competências, estes não justificam na totalidade o aumento das despesas com pessoal, pois, estas aumentam 29,2M€ e, conforme referido no documento em apreço, o valor de despesas com pessoal referente a transferência de funcionários no âmbito da descentralização é de apenas 14M€ (mas, destes, já tinha sido considerado um impacto de 12M€ em 2022). Assim, parece-nos que, em 2 anos, houve um aumento de gastos com pessoal na ordem dos 15,2M€ que em nada dizem respeito à transferência de competências.

2. Do lado das receitas salientamos o forte peso dos impostos cobrados pela autarquia, bem como o seu agravamento. O valor de impostos diretos, principal rubrica de receita, ascende a 97M€ (+14M€ que em 2022, dos quais 11,3M€ respeitam a aumento da receita de IMT) e representa 58,5% da receita corrente (+ 5,5 p.p. que em 2022).

   Se ao valor dos impostos diretos somarmos o valor de transferências relativo à participação variável no IRS (15,7M€), o valor de impostos arrecadadas pela câmara ascende a 112,7 M€, isto é, 67,9% da receita corrente.

Como já temos vindo a referir ao longo do anterior mandato, consideramos que os gaienses se encontram demasiado onerados pela carga fiscal e discriminados negativamente em relação aos portugueses de outros Municípios do país, situação que consideramos não haver razão para continuar a persistir.

Neste sentido, o PSD, mais uma vez, propôs a descida dos impostos municipais, bem como uma maior devolução da participação variável do IRS aos gaienses.

Apesar de termos voltado a propor a fixação da participação variável do IRS em 2,5%, isto é, a devolução de metade da participação variável do IRS, a maioria municipal optou pela manutenção, e a título muito excecional, da devolução de apenas 1 p.p. da taxa de participação variável do IRS.

Atente-se que, em 2022, 73 Municípios devolvem metade ou mais da participação variável do IRS aos seus munícipes e são já 33 os Municípios que devolvem a sua totalidade.

No que respeita ao IMI, no distrito do Porto apenas um Município (a Trofa) cobra uma taxa de IMI superior à cobrada em Gaia.

3. Constatamos que o orçamento apresentado cumpre a regra do Equilíbrio Orçamental. Porém, não podemos deixar de manifestar preocupação com a diminuição da margem apurada de 5,9 milhões de euros em 2021 para 569 mil euros em 2022 e 784 mil euros em 2023. Preocupa-nos ainda mais esta situação se tivermos presente os impactos deficitários do processo de descentralização, que poderão fazer perigar o equilíbrio dos futuros orçamentos municipais e colocar em risco a sustentabilidade financeira do Município.

   A proposta do PSD em baixar os impostos não é, contudo, incompatível com esta preocupação. O que defendemos é uma estratégia política diferente, com maior autonomia dos gaienses na gestão dos seus rendimentos.

   Preocupa-nos, também, que o aumento da receita fiscal resultante do aumento exponencial das receitas de IMT não seja utilizado para acomodar uma diminuição do IMI ou uma maior devolução da participação variável do IRS aos gaienses, mas possa antes ser eventualmente utilizada para fazer face a parte dos custos decorrentes do processo de descentralização por insuficiência dos valores transferidos pelo Estado Central para as autarquias no âmbito do referido processo de descentralização.

4. Na Estratégia Local de Habitação acompanhamos os procedimentos de contratualização para a requalificação e para a construção de imóveis, no âmbito do programa 1.º Direito, financiado pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, mas face às dificuldades do mercado imobiliário parecem estar mais longe os 3.000 fogos para arrendamento acessível, que constam no plano.

   Importaria, por isso, dar prioridade à implementação de medidas que possam dar resposta às necessidades imediatas, sobretudo aos 2.800 pedidos de habitação pendentes nos serviços municipais, de famílias vulneráveis e em condição económica difícil.

Paralelamente, entendemos que importaria reconfigurar o atual programa de apoio ao arrendamento, que custa anualmente mais de 1M€, adotando-o como uma medida social de caráter transitório, limitando-a no tempo e balizando até as comparticipações concedidas à realidade concreta de cada agregado familiar. De igual modo, consideramos que a Câmara deveria proceder à revisão das regras de apoio financeiro ao arrendamento ou execução de obras em habitações degradadas, no âmbito do programa Gaia + Inclusiva, que representam um encargo anual de idêntico valor, para rentabilizar os recursos municipais e canalizá-los para os pedidos de habitação que ainda não foram tratados ou atendidos.

Face ao exposto, o PSD vota contra o Orçamento e Opções do Plano 2023.

Vila Nova de Gaia, 7 de dezembro de 2022

P'los Srs. Deputados do PSD,

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 06

MINUTA DE ATA Nº 20

Reunião Ordinária de 07.12.2022

Ao sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------

a) **Foi o ponto 4.32. da Ordem de Trabalhos** "Eleição de Candidato a novo Membro à Comissão Executiva Metropolitana", presente uma Lista, denominada A, tendo obtido 15 votos a favor, 01 votos contra e 06 votos brancos. ----------

b) **Foi o ponto 4.33. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Orçamento e Opções do Plano para 2023", **Aprovado por Maioria**, com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN) e 09 votos contra (05 do PSD, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do IL) e 03 abstenções (01 do CDS e 02 do BE). ----------

c) **Foi o ponto 4.34. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Mapa de Pessoal para 2023", **Aprovado por Maioria**, com 40 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 01 do CDS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 do IL). ----------

d) **Foi o ponto 4.35. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto aos Encargos Plurianuais referente à Empreitada Masterplan Arcozelo – Fórum Cidadania de Arcozelo, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo": ----------

- Ano 2023 - € 245.371,90 (duzentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta e um euros e noventa cêntimos) IVA Incluído; ----------
- Ano 2024 - € 1.472.231,40 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e um euros e quarenta cêntimos) IVA Incluído; ----------

- Ano 2025 - € 490.743,82 (quatrocentos e noventa mil, setecentos e quarenta e três euros e oitenta e dois cêntimos) IVA Incluído. ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

e) Foi o ponto 4.36. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, do seguinte: ---

- Autorizar a Inclusão de 16 (dezasseis) Postos de Trabalho, da Carreira Geral de Técnico Superior, na Área de Psicologia, na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, sendo 05 (cinco) para a Área da Educação e os demais 11 (onze), contratados por 03 (três) anos, pelo tempo de duração do Projeto Gaia Mais Sucesso; ----------
- Autorizar a anulação do Procedimento Concursal 43/2020". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

f) Foi o ponto 4.37. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Reprogramação Plurianual dos Encargos para Reabilitação Energética do Empreendimento Rosa Mota - Canelas, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo:

- Ano 2022 - € 133.525,98 (cento e trinta e três mil, quinhentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos) IVA Incluído; ----------
- Ano 2023 - € 367.250,78 (trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta euros e setenta e oito cêntimos) IVA Incluído". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

g) Foi o ponto 4.38. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Reprogramação Plurianual dos Encargos para Reabilitação Energética de Coberturas dos Empreendimentos Cova da Loba, D. António Ferreira Gomes, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

- Ano 2022 - € 105.445,74 (cento e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos) + IVA; ----------
- Ano 2023 - € 264.539,26 (duzentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e nove euros e vinte e seis cêntimos) + IVA". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

h) **Foi o ponto 4.39. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reformulação dos Encargos Financeiros para Reabilitação da Casa Atelier Soares dos Reis, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

- Ano 2022 - € 120.516,12 (cento e vinte mil, quinhentos e dezasseis euros e doze cêntimos) IVA Incluído; ----------
- Ano 2023 - € 200.318,79 (duzentos mil, trezentos e dezoito euros e setenta e nove cêntimos) IVA Incluído". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

i) **Foi o ponto 4.40. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reformulação dos Encargos Financeiros para Reabilitação dos Jardins e Construções Secundárias da Casa Barbot, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo:

- Ano 2022 - € 84.800,00 (oitenta e quatro mil e oitocentos euros) IVA Incluído; ---------
- Ano 2023 - € 276.709,39 (duzentos e setenta e seis mil, setecentos e nove euros e trinta e nove cêntimos) IVA Incluído". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

j) **Foi o ponto 4.41. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reformulação dos Encargos Plurianuais para Concurso Público "Aquisição de Serviços de Tratamento, Medição e Manutenção do Ar e da Água", em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

➢ Ano 2023

- Rubrica 2014 A 65 – € 239.800,00 (duzentos e trinta e nove mil e oitocentos euros) + IVA; ----------
- Rubrica 2014 A 64 - € 15.038,00; (quinze mil e trinta e oito euros) +IVA ----------

➢ Ano 2024

- Rubrica 2014 A 65 - € 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos euros) + IVA". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 01 hora e 01 minutos do dia 8 de dezembro de 2022, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária em Exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)

20

Iniciativa Liberal | Vila Nova de Gaia
Deputado Único | Assembleia Municipal

Exmo. Senhor,

Dr. Albino Almeida

Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Rui de Brito e Cunha Leite de Castro, membro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia eleito pelo Iniciativa Liberal, abaixo assinado, encontrando-se ausente da área da autarquia entre os dias 06 e 07 de dezembro de 2022, vem, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 78.2 e 79.2 da Lei n.2 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, bem como do artigo 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, comunicar a Vossa Excelência que se faz substituir na reunião Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar naquele período, pelo cidadão imediatamente a seguir que se encontra disponível, na ordem da referida lista, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, que nesta data, tomou conhecimento, para os devidos e legais efeitos, desta comunicação.

Vila Nova de Gaia, 05 de dezembro de 2022

O membro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, requerente

---

Tomei conhecimento,
O membro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia substituto

---